

A IMPORTANCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS INCLUSIVAS

VERA LUCIA COSTA CHAVES

RESUMO

Educação Especial é direcionada para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento como: autismo e altas habilidades/superdotação, garantindo que tenham acesso, permanência e participação ativa no ensino regular, com apoio especializado e inclusão adequada. O foco é no atendimento personalizado, com o uso de recursos, materiais adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, promovendo sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. O principal objetivo da educação especial é garantir que pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação tenham acesso à educação de qualidade e oportunidades educacionais iguais aos demais alunos. Isso envolve a adequação do currículo, a oferta de recursos de acessibilidade e promovendo um ambiente inclusivo e participativo. A inclusão não é apenas uma questão de acessibilidade física, mas também de atitudes e práticas que possibilitem a diversidade e a igualdade. Isso envolve criar um ambiente acolhedor e humanizado, onde crianças e alunos com necessidades especiais se sintam valorizadas e respeitadas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial; Transtornos do Desenvolvimento; Práticas inclusivas.

1. Introdução

A inclusão tem como um principal fundamento a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária, vinculada no reconhecimento, respeito e na valorização das diversidades humanas. Mais do que uma teoria, a inclusão representa um compromisso ético, social e político que visa assegurar a participação plena de todos os indivíduos nos diferentes espaços sociais, educacionais e culturais. No ambiente educacional, a inclusão assume papel principal ao garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, so-

ciais, culturais, emocionais e econômicas tenham acesso e o direito à educação de qualidade desde a primeira infância.

A educação inclusiva tem como princípio a garantia da igualdade de oportunidades, buscando superar desigualdades historicamente construídas e combater práticas excludentes que afetam, principalmente, grupos socialmente vulnerabilizados, como pessoas com deficiência, minorias étnico-raciais, crianças em situação de vulnerabilidade social e outras populações marginalizadas. Dessa forma, a inclusão escolar não se trata apenas ao acesso à instituição educativa, mas envolve a permanência, a participação ativa e a aprendizagem significativa de todas as crianças no cotidiano escolar.

No Brasil, a inclusão é amparada por um conjunto de normas e legislações legais que orientam e organizam todo o sistema educacional. A Constituição Federal de 1988 assegura a educação como direito de todos e dever do Estado, garantindo igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 reafirma esse direito ao estabelecer que a educação deve atender à diversidade, assegurando atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) reforça a necessidade de sistemas educacionais inclusivos, capazes de eliminar barreiras arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais, promovendo práticas que respeitem as singularidades dos estudantes.

A Educação Infantil, como primeira etapa da educação básica, ocupa lugar primordial na consolidação de práticas inclusivas, tendo em vista que nesse período que se estruturam as bases do desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural da criança. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) reconhece a criança como sujeito de direitos e destaca a importância de práticas pedagógicas que valorizem as interações, as brincadeiras e as experiências, respeitando

os diferentes ritmos e modos de aprender. Nesse contexto, o professor de Educação Infantil tem um papel importante na aprendizagem e na construção de ambientes educativos acolhedores, acessíveis e inclusivos. A exclusão educacional, por sua vez, pode trazer consequências para o desenvolvimento integral das crianças, refletindo-se em dificuldades de aprendizagem, problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão, além de comprometer a construção da autoconfiança e das relações sociais. Barreiras como o preconceito, a discriminação e a negação do direito à participação podem intensificar conflitos, favorecer situações de violência física e reforçar desigualdades sociais. Em Por outro lado, a inclusão promove o reconhecimento do outro, fortalece vínculos afetivos e contribui para a construção de um clima escolar voltado ao, compartilhar, respeito mútuo, na cooperação e na convivência democrática.

Diante desse cenário, torna-se necessário refletir sobre o papel do professor de Educação Infantil na construção de práticas pedagógicas inclusivas. O professor é um elo importante no fortalecimento da inclusão, pois é por meio de suas observações, escutas e planejamentos, atitudes e estratégias pedagógicas que a diversidade pode ser reconhecida como valor educativo e não como obstáculo. Assim, discutir a atuação docente na Educação Infantil faz-se necessário compreender como as práticas pedagógicas podem favorecer a inclusão desde os primeiros anos de vida escolar, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, participativos, autônomos e socialmente comprometidos.

2. Distúrbios de Aprendizagem

Distúrbios de aprendizagem trazem obstáculos específicos que afetam a capacidade de um aluno aprender de forma eficaz. Isso pode incluir dificuldades com leitura, escrita, raciocínio lógico e até a compreensão de regras do dia a dia. Não se trata de falta de inteligência, mas sim de como o cérebro processa informações.

São exemplos comuns de distúrbios dislexia, distorgrafia, e a discalculia. Cada um apresenta suas particularidades, mas todos eles podem afetar a vida do estudante. Algumas crianças ou alunos podem ter dificul-

dade significativas para acompanhar o ritmo da sala, levando a frustração e desinteresse pelo aprendizado.

3. Transtornos do Neurodesenvolvimento

3.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O autismo, também conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é um transtorno neuropsiquiátrico que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Pode ter dificuldades em se comunicar de forma clara, incluindo problemas com a linguagem verbal e não verbal, dificuldades em interagir e socializar com outras pessoas, incluindo problemas em compreender e responder a sinais sociais, regras e combinados, comportamentos repetitivos ou estereotipados, como movimentos corporais ou interesses específicos e sensibilidade aumentada ou diminuída a estímulos sensoriais, como luz, som ou toque. O nome "espectro" é utilizado porque o autismo demonstra diferentes formas e intensidades, variando de pessoa para pessoa.

O diagnóstico nos primeiros anos de vida é essencial para auxiliar no desenvolvimento da criança, permitindo intervenções adequadas desde os primeiros anos de vida. O acompanhamento envolve a atuação de uma equipe multidisciplinar, com participação da família e da escola. No ambiente escolar, a inclusão é importante para garantir oportunidades de aprendizagem, interação, socialização e desenvolvimento pleno. Com apoio adequado, pessoas com TEA podem alcançar autonomia, qualidade de vida e participação ativa na sociedade.

3.2 Síndrome de Asperger

A Síndrome de Asperger é um transtorno neuropsiquiátrico que faz parte do espectro do autismo. É denominado por dificuldades de interação sociais e comportamentos repetitivos, mas com habilidades linguísticas e cognitivas preservadas. Alunos com Asperger apresentam interesses específicos e intensos, além de grande atenção a detalhes e preferência por rotinas.

Apesar dos desafios sociais, muitos alunos com Asperger mantêm habilidades cogniti-

vas elevadas, apresentando criatividade e excelente memória. A parceria em conjunto da família, sociedade e escola favorece um desenvolvimento plenamente satisfatório onde suas potencialidades e habilidades transformam ativamente sua vida escolar, profissional e social.

3.3 Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)

A hiperatividade é um sintoma comum em várias condições médicas, incluindo o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH): uma característica neuropsiquiátrica afeta a atenção, a impulsividade e a atividade motora com movimentos excessivos como agitação, balanço de pernas ou braços, dificuldade de concentração e impulsividade e falta de controle sobre os impulsos. Normalmente se manifesta na infância, mas pode persistir na adolescência e na vida adulta.

Entre os principais sinais estão dificuldade de manter a atenção, organização deficiente, esquecimento frequente, inquietação motora e tomada de decisões impulsivas. O TDAH não está ligada com a falta de inteligência, mas sim ao funcionamento específico do cérebro, especialmente nas áreas responsáveis pelo controle da atenção e do comportamento.

O diagnóstico pode ser realizado por profissionais especializados, com avaliação clínica e histórico comportamento. O tratamento pode ter acompanhamento psicológico, orientação à família e à escola, planos pedagógicos adaptados e, em alguns casos, uso de medicação. Com apoio especializado e adequado, crianças ou alunos com TDAH podem obter habilidades, alcançar bons resultados escolares e ter uma vida produtiva de qualidade.

4. Importância do Reconhecimento da Inclusão Escolar

Ao reconhecer esses e outros distúrbios, mais cedo é fundamental. Com isso, é possível desenvolver um planejamento que envolve atenção e metodologias específicas. Por isso, a importância da inclusão escolar e reconhecer que vai além de apenas aceitar todos os alunos. É preciso reorganizar o en-

sino para que todos tenham oportunidades iguais de aprendizado.

A educação especial deve e precisa ter atendimento e suportes educacionais diferenciados para os alunos com deficiências e outras necessidades específicas. E a inclusão promove a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas diferenças e especificidades dentro das escolas regulares, com atendimento personalizado, com o uso de recursos, materiais adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno.

A inclusão é muito mais que garantir a matrícula de alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, ela dá condições reais para essa participação, aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as diferenças e singularidades individuais e promovendo a equidade no ambiente escolar.

Quando a escola se apropria e reconhece a importância da inclusão, passa a valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do processo educativo. Desta forma, alunos aprendem a conviver com as diferenças, desenvolvendo valores como respeito, empatia, solidariedade e cooperação. A inclusão transforma em cidadãos mais conscientes, participativos e preparados para viver em sociedade, trazendo relações humanas mais justas e igualitárias.

O reconhecimento da inclusão escolar traz mudanças nas práticas pedagógicas, na formação docente e na organização do ambiente escola, tornando o currículo mais flexível e acessível. Ao proporcionar um ambiente acolhedor e participativo, a escola permite que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprender e se desenvolver, contribuindo para a redução das desigualdades, evasão escolar e para a construção de uma sociedade mais humana e inclusiva.

5. Pilares da Educação

Quando falamos de uma educação voltada à inclusão escolar, faz-se necessário destacar alguns de seus pilares:

- Aprender a conhecer: Desenvolver a atenção, a memória e o pensamento para compreender a realidade, despertar a curiosidade e a capacidade de aprender de forma

crítica.

- Aprender a fazer: Ter o conhecimento na prática, desenvolver competências e habilidades para resolver diversas situações, trabalhando em equipe e desenvolvendo a criatividade.
- Aprender a conviver :viver em harmonia e socialização, respeitando as diferenças individuais e culturais, construindo relações de respeito mútuo e diálogo.
- Aprender a ser; ter personalidade, a autonomia e o senso crítico, vivendo de forma responsável, consciente e capaz de resolver.

Estes pilares são importantes para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, permitindo que todos tenham acesso a um ambiente educacional que contribua para o seu pleno desenvolvimento como pessoa.

A educação especial vem assegurar o direito à educação; permitindo que todos tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente de suas necessidades, proporcionar a inclusão, criar um ambiente onde crianças ou alunos com deficiência, transtornos ou altas habilidades possam participar ativamente da vida escolar e social. Adaptar o ensino com o currículo, materiais e planos educacionais para atender às necessidades individuais de cada aluno, disponibilizar recursos de acessibilidade, recursos como tecnologia assistiva, materiais adaptados e profissionais especializados para apoiar o processo de aprendizagem. Desenvolver potencialidades, para promover o desenvolvimento integral dos alunos, incluindo aspectos intelectuais, sociais e emocionais, diminuir desigualdades combatendo os preconceitos enraizados impedindo o acesso e a participação na educação e na sociedade.

6. Objetivos da Educação Especial

A educação especial tem como objetivo garantir o direito à educação de qualidade para estudantes com necessidades educacionais específicas, permitindo o acesso, permanência, e a participação no ambiente escolar. Busca e possibilitar a inclusão educacional por meio de práticas pedagógicas adaptadas, recursos de acessibilidade e atendimento educacional especializado, respeitando as diferenças individuais e va-

lorizando as potencialidades de cada aluno. Além disso, visa promover o desenvolvimento integral, cognitivo, social, emocional e físico, estimulando a autonomia, o convívio social e a preparação para o exercício da cidadania, contribuindo para uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

A educação especial tem o pilar central no atendimento e nos suportes educacionais diferenciados para os alunos com deficiências e outras necessidades específicas. E a inclusiva é forma mais ampla que promove a participação e a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas diferenças, dentro das escolas regulares.

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que atende estudantes com deficiência, transtornos de desenvolvimento como o autismo e altas habilidades/superdotação, permitindo que tenham acesso, permanência e participação ativa no ensino regular, com apoio especializado através do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais. O propósito é no atendimento personalizado, com o uso de recursos, materiais adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, garantindo sua inclusão na sociedade e no mercado de trabalho. A família deve fazer a matrícula na rede regular, a escola do ensino regular deve matricular todos os alunos em suas turmas comuns. A criança deve ter atendimento em salas de recursos, o AEE é realizado em salas de recursos multifuncionais, onde professores especializados e capacitados oferecem suporte. Essas adaptações e recursos disponibilizados são alfabetos e numerais ampliados e com relevo, régua de madeira adaptada, entre outros materiais e o ensino deve ser diversificado, com planos pedagógicos e o currículo flexibilizados, para atender às necessidades individuais de cada aluno. Proporcionando um ambiente educacional que se torne parecido ao máximo do ensino regular, buscando a inclusão social, fortalecendo a participação de alunos com necessidades especiais no contexto educacional mais significativo, promovendo a interação entre seus pares sem deficiência e adequando o ensino às necessidades específicas de cada aluno, considerando suas características e ritmo de

aprendizagem.

A inclusão de crianças especiais é um direito fundamental que deve ser respeitado e promovido em todas as esferas da sociedade “(ONU - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA). Isso envolve a educação, onde as crianças com necessidades especiais devem ter acesso a oportunidades iguais e recursos adequados para desenvolver suas habilidades e potencialidades. Os professores tem um papel fundamental na garantia da inclusão de alunos com necessidades especiais, ouvindo, observando e conhecendo seus alunos, atento sobre as necessidades e habilidades de cada aluno, incluindo aqueles com necessidades especiais , replanejando suas aulas, para atender às necessidades de todos, utilizando recursos visuais e auditivos para auxiliar e entender melhor o conteúdo, fornecendo apoio humanizado aos que necessitam de auxílio adicional, transformando um ambiente acolhedor, onde todos se sintam valorizados e respeitados, parcerias entre os pais dos alunos com necessidades especiais para garantir que estejam informados sobre o progresso de seus filhos, promover comunicação eficaz para apoiar os alunos com necessidades especiais, sendo paciente e flexível durante o trabalho com alunos com necessidades especiais, aprendendo sobre tecnologias assistivas que possam auxiliar esses alunos com necessidades especiais e buscando apoio de colegas , equipe gestora e todos grupo de apoio.

A brincadeira é outra estratégia que pode auxiliar no desenvolvimento das crianças e na inclusão delas, e através do brincar é que demonstram e se expressam de forma singular e peculiar. É importante deixar as crianças tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, cuidando de si do outro e do diferente, de usar o corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da diferença, da natureza e da cultura, importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança

se expressar, aprender e se desenvolver.

7. Práticas pedagógicas e experiências formativas na Educação Infantil

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, as práticas pedagógicas devem assegurar vivências amplas e diversificadas, capazes de promover o desenvolvimento integral da criança. Essas experiências envolvem o conhecimento de si e do mundo por meio de atividades sensoriais, corporais e expressivas, respeitando a individualidade, os ritmos e os desejos infantis.

É importante a incluir nas diferentes linguagens com gestos, verbal, artística, dramática e musical , incluir vivência com narrativas e o contato com múltiplos gêneros textuais orais e escritos. Destacam-se inserir experiências com relações de quantidade, noções de espaço e tempo, fortalecimento da autoconfiança, autonomia, cuidado pessoal e ao bem-estar.

As práticas pedagógicas precisam favorecer vivências éticas e estéticas, a valorização da diversidade cultural, regionais, curiosidade científica, as diversas interações nas manifestações artísticas, a consciência ambiental e o uso consciente de recursos tecnológicos e midiáticos, ampliando as formas de expressão e aprendizagem das crianças

8. As múltiplas linguagens, a mediação docente e a inclusão por meio das brincadeiras

O plano pedagógico precisa possibilitar a expressão lúdica e o contato com diferentes linguagens, como a oral, escrita, visual e essa integração entre elas por meio das tecnologias. A criança desenvolve seu repertório cultural ao socializar e interagir de conversas, ouvir e contar histórias, cantar, brincar, observar imagens, manusear livros, revistas e recursos digitais.

Nesse momento a observação e olhar atento do professor é essencial, pois orienta a interpretação de programas, imagens e narrativas, favorecendo a construção de sentidos. Paralelamente, é necessário obter estratégias individualizadas para garantir a participação de alunos com necessidades especiais, utilizando recursos auditivos, visuais, táteis, adaptações físicas e metodologias individu-

alizadas.

As brincadeiras, quando organizada e intencionalizadas de forma inclusiva, tornam-se poderosas ferramentas pedagógicas, pois possibilita a socialização, interação e o respeito às diferenças e o desenvolvimento social, emocional e cognitivo de todas as crianças.

9. Inclusão, valores humanos e construção de uma sociedade justa

A inclusão vai além do espaço escolar e se manifesta com um ato de amor, respeito e compromisso social. Ao respeitar as pessoas como são, valorizando suas singularidades e oferecer apoio às suas necessidades, ter empatia, paciência e a compreensão mútua. Esse caminho beneficia não apenas os indivíduos, mas também famílias, escolas e toda a sociedade. Uma sociedade inclusiva que valoriza todas as pessoas, garante acessibilidade, propondo oportunidades e respeita as diferenças. Para que isso se torne realidade, são necessárias mudanças culturais, sociais e políticas estruturais, além de investimentos em educação e conscientização.

A inclusão contribui para o fortalecimento da autoestima, do sentimento de pertencimento, da saúde mental e dos relacionamentos, reduzindo os efeitos da exclusão. Trata-se de um processo contínuo que exige esforço coletivo, mas que possibilita a construção de um mundo mais justo, harmonioso e humano, no qual as brincadeiras se destacam como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento e a inclusão de todas as crianças.

Incluir significa reconhecer e respeitar as diferenças, garantindo que todas as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de participação social, independentemente de suas características físicas, intelectuais, culturais ou sociais. Trata-se de um compromisso ético com a dignidade humana e com a valorização da diversidade.

Ao promover a inclusão, fortalecemos valores essenciais como respeito, empatia, solidariedade e compreensão. A convivência com a diversidade auxilia para a formação de cidadãos mais conscientes, capazes de compreender o outro, superar preconceitos e construir relações baseadas no diálogo e

na justiça. Assim, a ela não beneficia apenas alunos específicos, mas toda a sociedade, ao propor um ambiente mais humano, democrático e acolhedor.

A evolução de uma sociedade justa e igualitária precisa da efetivação de políticas públicas, práticas educativas e atitudes cotidianas que pautem na igualdade de oportunidades e acessibilidade para todos. Quando a inclusão é vivenciada de forma concreta, beneficia a redução das desigualdades, o desenvolvimento da cidadania e a criação de vínculos sociais mais sólidos. Dessa forma, a inclusão se efetiva como caminho indispensável para o desenvolvimento social e para a construção de um futuro mais ético, solidário e justo.

Considerações Finais

A inclusão constitui-se como um princípio essencial para a garantia da igualdade de oportunidades e para a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e democrática. Ao permitir que todas as crianças tenham acesso equitativo a recursos, serviços e espaços de participação e de escuta, a inclusão contribui para a valorização da diversidade humana, reconhecendo que as diferenças enriquecem as relações sociais e ampliando e valorizando as possibilidades de aprendizagem, inovando o desenvolvimento coletivo. No ambiente educacional, especificamente na Educação Infantil, a inclusão assume papel importante ao promover o desenvolvimento integral das crianças desde os primeiros anos de vida.

A escola, como espaço de convivência social, desempenha função fundamental na formação de valores como respeito, empatia, cooperação e solidariedade. Diante disso, o professor de Educação Infantil deve ser o agente central na elaboração de práticas pedagógicas inclusivas, pois suas ações, atitudes e planejamento metodológicos influenciam diretamente a forma como as crianças percebem e se relacionam com a diversidade. Práticas educativas inclusivas possibilitam que todas as crianças participem ativamente das experiências propostas, respeitando suas singularidades, potencialidades e formas de expressão.

As brincadeiras tem um lugar de destaque nesse processo, constituindo-se como ele-

mento estruturante do cotidiano da Educação Infantil e como potente instrumento de inclusão. E por meio das brincadeiras, que as crianças vivenciam situações que favorecem o desenvolvimento de habilidades sociais, como a comunicação, cooperação, escuta e a empatia. As brincadeiras inclusivas permitem que as crianças aprendam a compartilhar, negociar regras, resolver conflitos e reconhecer o outro como sujeito de direitos, fortalecendo vínculos afetivos e proporcionando relações baseadas no respeito de todos.

Contudo, as experiências lúdicas contribuem significativamente para o fortalecimento da diversidade e da aceitação das diferenças criando oportunidades para que todas as crianças participem, independentemente de suas habilidades, limitações ou características individuais. Ao brincarem grupos, as crianças ampliam sua compreensão sobre o mundo social, desenvolvem atitudes de acolhimento e constroem uma visão positiva da diversidade como elemento natural da convivência humana. Esse processo favorece a desconstrução de preconceitos e a construção de relações mais justas e solidárias.

Outro aspecto importantes das brincadeiras inclusivas é o estímulo ao criar e à imaginar. Ao propor que as crianças expressem ideias, sentimentos e pensamentos de forma livre e espontânea, o brincar possibilita o desenvolvimento cognitivo, emocional e simbólico. Essas experiências fortalecem a autonomia, autoestima e a confiança, favorecendo para que as crianças se reconheçam como capazes, pertencentes e valorizadas no grupo social.

Potencializar as práticas lúdicas, pensando não apenas no desenvolvimento individual das crianças, mas também na construção de um ambiente escolar mais saudável e acolhedor. O sentimento de pertencimento, a ampliação de oportunidades de aprendizagem, o fortalecimento do bem-estar emocional e a promoção da felicidade são resultados de práticas educativas que valorizam a participação e o reconhecimento de todos. Assim, a inclusão torna-se um processo contínuo, que exige sensibilidade, reflexão e compromisso coletivo por parte da escola, das famílias e da comunidade.

Conclui-se, portanto, que brincar é incluir

e práticas e ações potentes no contexto da Educação Infantil. Ao investir em práticas pedagógicas inclusivas mediadas pelo brincar, a escola favorece para a formação de crianças mais felizes, respeitosas e conscientes da diversidade. Dessa forma, fortalece-se a construção de uma sociedade mais harmoniosa, solidária e inclusiva, na qual cada indivíduo é reconhecido em sua singularidade e tem garantido o direito de participar plenamente da vida social desde a infância.

Referências

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
 2. FRIEDMANN, Adriana et alii. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta; ABRINQ, 1992.
 3. KAMII, Constance e DEVRIES, Rheta. Jogos em Grupo na educação infantil: implicações da Teoria de Piaget. Tradução: Marina Célia Dias Carrasqueira. São Paulo: Trajetória Cultural, 1991.
 4. KINNEY, Linda; WHARTON, PAT. Tornando visível a aprendizagem das crianças. Tradução: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2009.
 5. KISHIMOTO, Tizuko Morchida (org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e educação. São Paulo: Cortez, 2008.
 6. KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação. 15ª. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.
 7. Mendes, E. (2020). Inclusão e Acessibilidade: Desafios e Perspectivas. Editora XYZ
 8. Oliveira, R. (2021). Diversidade e Inclusão no Mercado de Trabalho. Instituto de Pesquisa Empresarial.
 9. Organização das Nações Unidas. (2015). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. portal.mec.gov.br
- Souza, A. (2019). A Importância da Inclusão na Educação. Revista Brasileira de Educação.